



Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

CNPJ nº 07.032.886/0001-02
Relatório da Administração

Senhores Acionistas, A Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010, acompanhadas das notas explicativas, deste Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes.

I) A Empresa: A LOGA é concessionária pública dos serviços da coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares e dos serviços de saúde do noroeste da cidade de São Paulo, que engloba 13 subprefeituras. A concessão foi iniciada em 13 de outubro de 2004. Ao completar 6 anos de atividades, o reconhecimento da qualidade dos serviços pode ser verificado no alto grau de satisfação da população e no cumprimento de todas as obrigações do contrato de concessão. Responsabilidade, Qualidade e Ética são os fundamentos que norteiam a atuação da Empresa que obteve em 2010 a Certificação ISO 9001, atestando a gestão orientada por princípios de excelência.

II) As Relações: Para adequar a realidade das receitas aos custos e aos compromissos de investimento, o Contrato de Concessão tem como mecanismo a Revisão Quinquenal das Tarifas. A Empresa apresentou tempestivamente os itens de desequilíbrio, mas o Poder Concedente ainda não finalizou o processo de reequilíbrio tarifário, que deverá ocorrer no primeiro quadrimestre de 2011, com efeitos retroativos a 13 de Outubro de 2009. Tal reequilíbrio é fundamental para que a concessionária possa cumprir seus compromissos contratuais e realizar os investimentos que a cidade necessita.

III) Os Problemas: Dentre os grandes problemas, verificamos o crescimento da produção desordenada de resíduos na cidade de São Paulo pelos grandes geradores, que de forma ilegal utilizam os serviços da coleta domiciliar, além do limite permitido, para descarte de seus resíduos. Adicionalmente, a piora das condições de trânsito e a ZMRC causam enorme ônus à concessionária aumentando seus custos operacionais.

IV) Os Números: Independente das adversidades é motivo de orgulho superar os desafios e prestar serviços com qualidade, à altura da maior cidade brasileira. Os números a seguir demonstram a grandiosidade da operação: Coletamos 17 milhões de toneladas de resíduos domiciliares; 7,9 mil toneladas de resíduos provenientes da Coleta Seletiva; 20,2 mil toneladas de resíduos de saúde; 414 toneladas de medicamentos vencidos e 653 toneladas de carcaças de animais mortos coletadas, transportadas,

tratadas e destinadas adequadamente com segurança; Realizamos a coleta porta a porta em 532 núcleos de Comunidades Carentes; Tratamos 306 mil m³ de chorume. Percorremos 9,1 milhões de quilômetros com os nossos 205 equipamentos de coleta; consumimos 5,4 milhões de litros de óleo diesel, trabalhamos cerca de 4,0 milhões de horas e recolhemos de total de R\$ 83 milhões de impostos, ônus e encargos sociais. A LOGA cumpre seu missão ambiental e social gerando resultados, impactos, empregos, proteção ambiental e melhoria da qualidade de vida na cidade de São Paulo. A determinação e a dedicação de nossa equipe de 1800 colaboradores são os fatores de nosso sucesso. Trabalhamos para transformar a São Paulo que amamos em um lugar melhor para se viver.

Agradecimentos: A Administração da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA agradece a seus acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. Agradece, em especial, a seus colaboradores pelo comprometimento, empenho e contribuição na busca constante da qualidade de nossos serviços, o bom atendimento à população de São Paulo e a ética com que marcamos o desenvolvimento de suas atividades.

São Paulo, 26 de abril de 2011.

A Administração

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante		91.501	94.466	89.760
Caixa e equivalentes de caixa	5	42.436	46.840	47.727
Contas a receber	6	27.588	40.442	37.800
Ativo financeiro	7	5.138	1.419	-
Partes relacionadas	8	186	593	111
Impostos a recuperar		2.731	2.263	101
Estoques		2.292	1.535	1.797
Adiantamento a fornecedores	9	10.664	-	-
Créditos diversos		466	1.374	1.224
Não Circulante		108.863	59.624	45.083
Realizável a Longo Prazo		61.222	31.562	29.280
Contas a receber	6	10.822	-	-
Ativo financeiro	7	11.988	3.312	3.334
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	15.240	18.412	19.749
Depósitos judiciais		10.085	9.838	6.197
Partes relacionadas	8	13.142	-	-
Imobilizado, líquido	10	47.346	27.716	15.336
Intangível, líquido	11	240	346	467
Total do Ativo		200.364	154.090	133.843

PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante		95.470	59.397	52.739
Fornecedores		49.672	18.331	17.396
Empréstimos e financiamentos	12	6.875	4.957	3.050
Salários e encargos sociais		5.582	3.035	3.201
Imps., taxas e contrib. a recolher	14	9.022	8.244	9.355
I.R. e contribuição social		7.151	1.052	783
I.R. e contribuição social diferidos	13	2.395	1.597	290
Partes relacionadas	8	13.194	12.686	10.540
Prov. p/desp. e enc. trabalhistas		6.127	7.428	5.713
Obrigações e contratuais		1.852	2.067	2.314
Outras contas a pagar		97	-	-
Não Circulante		62.991	66.222	56.521
Empréstimos e financiamentos	12	24.630	16.993	1.344
Provisão para contingências	15	1.259	1.659	739
Prov. p/obrigações contrat. futuras	16	36.498	47.195	53.089
Outras provisões		604	375	295
I.R. e contribuição social diferidos		-	-	1.054
Patrimônio Líquido		41.903	28.471	24.583
Capital social	17	19.923	19.923	19.923
Reserva legal		5.943	4.864	3.588
Reserva de retenção de lucros		18.037	3.684	1.072
Total do Passivo e Patr. Líquido		200.364	154.090	133.843

	Nota Explicativa	2010	2009
Receitas		261.301	245.612
Custo dos serviços prestados	(220.119)	(220.119)	(203.514)
Lucro Bruto		41.182	42.098
Receitas (Despesas) Operacionais:		(599)	(330)
Despesas administrativas	19	(8.397)	(9.704)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	975	2.638
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		33.161	34.702
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	21	(1.298)	(4.074)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		34.449	38.776
Corrente	13	(8.908)	(11.659)
Diferido	13	(3.971)	(1.589)
Lucro Líquido do Exercício		21.570	25.528

	Capital social	Reservas	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	60.650	(40.727)	3.588	1.072	24.583
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.528
Destinação dos lucros: Reserva legal	-	-	1.276	(1.276)	-
Dividendos a distribuir	-	-	(530)	(530)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	3.142	(3.142)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(21.110)	(21.110)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	60.650	(40.727)	4.864	3.684	28.471
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.570
Destinação dos lucros: Reserva legal	-	-	1.079	(1.079)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	15.243	(15.243)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(2.890)	(5.248)	(8.138)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	60.650	(40.727)	5.943	16.037	41.903

	Nota Explicativa	2010	2009
Fluxo de Caixa das Ativ. Operac.		21.570	25.528
Lucro líquido		21.570	25.528
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		7.555	8.942
Encargos financeiros s/financiam. e empréstimos		2.366	1.061
Provisão para obrigações contratuais futuras	16	(10.697)	(5.894)
Provisão para contingências	15	(360)	1.144
Baixa de bens do ativo imobilizado	10	235	573
Provisão conciliação população		290	284
I.R. e contribuição social corrente e diferidos	13	3.971	1.589
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		2.032	(2.642)
Ativo financeiro		(12.395)	(1.397)
Partes relacionadas		(12.735)	(482)
Impostos a recuperar		(468)	(2.162)
Estoques		(757)	262
Outros créditos e adiantamento a fornecedores		(9.756)	(1.561)
Depósitos judiciais		(247)	(3.640)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		31.341	935
Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais		1.776	1.549
Impostos, taxas e contribuições		(302)	(1.110)
Imposto de renda e contribuição social		(302)	207
Partes relacionadas		508	2.146
Pagam. de contingências/depositos judiciais vincs.	15	(40)	(224)
Outras provisões e obrigações contratuais		(276)	(451)
Outras contas a pagar		-	(97)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		23.859	26.032
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(27.288)	(21.774)
Adições ao intangível	11	(26)	-
Caixa consumido pelas atividades de investimento		(27.314)	(21.774)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Captação de empréstimos - terceiros	12	14.385	20.533
Pagamento de financiamentos		(7.196)	(4.038)
Pagamento de dividendos		(8.138)	(21.640)
Caixa consumido pelas atividades de financiamento		(949)	(5.145)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades Operacionais, de Investimento e de Financiam.		(4.404)	(887)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.464	47.727
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.429	46.840
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.404)	(887)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional - A Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga, situada à Praça Alberto Lion, 366, Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004. A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a Vega Engenharia Ambiental S.A., pertencente ao Grupo Solvi, detentora de 62,347% das ações e a Cavo Serviços e Saneamento S.A., controlada pelo Grupo Camargo Corrêa, com participação de 37,653%. **Contrato de Concessão** - O contrato de concessão firmado entre a Loga e a Prefeitura de São Paulo é um marco que norteia os rumos da Limpeza Pública na principal cidade brasileira. Representa enorme avanço em relação aos contratos de serviço público vigentes até então. Além da segurança, na qualidade do serviço, planejamento para médio, curto e longo prazo, garante investimentos necessários ao setor de acordo com cronograma sempre compartilhado pelas partes. Em 2010, foram realizados investimentos operacionais de R\$39,7 milhões, dos quais R\$26,9 milhões na renovação de 73 veículos coletores de resíduos domiciliares, equipados com câmbio automático e compactação automática, buscando melhorar os índices de produtividade e qualidade das condições de trabalho dos colaboradores. Destinamos 1.747.853 toneladas de resíduos, 38.139 toneladas a mais que em 2009, com média de crescimento superior a 3% ao ano. Nas dimensões da cidade de São Paulo, somente esse crescimento equivale a coletar resíduos de uma nova cidade com 1,5 milhões de habitantes. Foram iniciadas as obras da Estação de Transbordo de Ponte Pequena, cujo investimento total é de R\$ 24 milhões e conta com apoio financeiro do BNDES. Somente em 2010 foram investidos R\$ 12,1 milhões. Esse moderno complexo tem capacidade de 5 mil toneladas/dia de resíduos, e representará grande melhoria na qualidade de vida na região, com a implantação de controles ambientais, tais como sistemas de filtragem de ar para redução de odores e controle de poluição sonora. O investimento é um marco na reurbanização do centro da cidade, e de extrema relevância na logística de coleta de resíduos domiciliares. O início de operação ocorrerá no primeiro semestre de 2011. A frota de veículos leves da coleta seletiva de resíduos sólidos do sistema de saúde foi ampliada para fazer frente ao constante crescimento de pontos de coleta que atingem atualmente 10 milhões de pessoas. O início do contrato em 2004, a Loga completou os primeiros cinco anos de operação e apresentou ao poder concedente os itens de desequilíbrio, iniciando o processo de reequilíbrio tarifário quinquenal. O poder concedente contratou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FINE, e programou a aplicação do reequilíbrio no primeiro quadrimestre de 2011, com efeitos retroativos a 13 de outubro de 2009. As demonstrações financeiras de 2010 serão apresentadas para aprovação da Assembleia Ordinária do Conselho de Administração que ocorrerá no 1º semestre de 2011. Na opinião da Administração, as demonstrações financeiras serão aprovadas sem modificações. **2. Resumos das Políticas Contábeis Significativas** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com a legislação contábil brasileira, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis brasileiras. Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de conver-

gência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Novas normas, pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações de 2009 a serem divulgadas com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. As práticas contábeis brasileiras em conformidade com a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao pronunciamento "Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras", emitido pelo CPC e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais. Essas são as primeiras Demonstrações Financeiras apresentadas, no Brasil, de acordo com IFRS, considerando 1º de janeiro de 2009 como data de transição. As principais diferenças entre as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estão descritas na nota explicativa nº 3. A base de mensuração utilizada pela Companhia na elaboração de suas Demonstrações Financeiras é o custo histórico. Nesse caso, os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa no data da aquisição, podendo ou não ser atualizados pela variação na capacidade geral de compra da moeda. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (por exemplo, imposto de renda), pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa que serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações, podendo também, em certas circunstâncias, serem atualizados monetariamente. Para os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo ou de curto prazo quando há efeito relevante a base de mensuração empregada pela Companhia é o valor presente. Com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. As principais práticas contábeis e de apresentação adotadas para a elaboração dessas Demonstrações Financeiras são as seguintes: **a. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)** - O Comitê de análise periódica sobre a entidade ocorrem durante o período, o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade considera, entre outras, as seguintes indicações: **• Fontes externas de informação** - (i) durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que se seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; (ii) mudanças significativas no efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado; **• Fontes internas de informação:** (i) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; (ii) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado; (iii) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Quando o valor residual do ativo excede o valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (Impairment - deterioração). A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa possível para identificação dos fluxos de caixa. Quando a perda por recuperação ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no relatório. **b. Caixa e equivalente de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista, outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez prontamente convertíveis em caixa com, no máximo, de 90 dias. Esses investimentos são mensurados a custo mais os rendimentos acumulados que são obtidos. **c. Contas a receber** - Referem-se aos serviços prestados, até a data do

balanço, em atendimento ao regime de competência. **d. Estoques** - São avaliados pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos e, no final de cada exercício, e se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança será contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o IAS 8 (equivalente ao CPC 2). A vida útil é o período de tempo durante o qual a Companhia espera utilizar o ativo. As taxas de depreciação

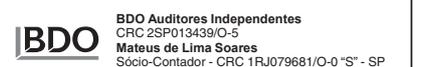
tratadas e destinadas adequadamente com segurança; Realizamos a coleta porta a porta em 532 núcleos de Comunidades Carentes; Tratamos 306 mil m³ de chorume. Percorremos 9,1 milhões de quilômetros com os nossos 205 equipamentos de coleta; consumimos 5,4 milhões de litros de óleo diesel, trabalhamos cerca de 4,0 milhões de horas e recolhemos de total de R\$ 83 milhões de impostos, ônus e encargos sociais. A LOGA cumpre sua missão ambiental e social gerando resultados, impactos, empregos, proteção ambiental e melhoria da qualidade de vida na cidade de São Paulo. A determinação e a dedicação de nossa equipe de 1800 colaboradores são os fatores de nosso sucesso. Trabalhamos para transformar a São Paulo que amamos em um lugar melhor para se viver. **Agradecimentos:** A Administração da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA agradece a seus acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. Agradece, em especial, a seus colaboradores pelo comprometimento, empenho e contribuição na busca constante da qualidade de nossos serviços, o bom atendimento à população de São Paulo e a ética com que marcamos o desenvolvimento de suas atividades. São Paulo, 26 de abril de 2011. A Administração

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras referentes aos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Valores expressos em milhares de reais)									
Conta	Contas a receber			Contas a pagar			Receitas (despesas)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Prestações de serviços									
Operacionais: (*) Vega Engenharia Ambiental S.A.	163	485	-	8	91	-	796	(1.425)	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.	-	-	-	9.763	10.480	8.853	(52.441)	(51.914)	-
Essencis Co-Processamento Ltda.	-	-	-	-	13	-	-	-	-
Solvi Participações S/A 23	-	-	-	78	-	13	(1.821)	-	-
Cavo Serviços e Meio Ambiente S.A.	-	-	-	-	-	-	(360)	-	-
Koleta Ambiental Ltda.	58	-	-	40	-	18	(254)	(334)	-
Unidade de Tratamento de Resíduos S.A. - UTR	-	-	-	3.305	1.984	1.605	(17.047)	(20.553)	-
	186	543	-	13.194	12.568	10.489	(71.125)	(74.226)	-
Reembolso de despesas operacionais:									
Vega Engenharia Ambiental S.A.	-	50	111	-	118	51	-	-	-
Total circulante	186	593	111	13.194	12.686	10.540	-	-	-
Contratos de mútuo:									
Vega Engenharia Ambiental S.A.	8.194	-	-	-	-	-	-	-	-
Cavo Serviços e Meio Ambiente S.A.	4.948	-	-	-	-	-	-	-	-
Total não circulante	13.142	-	-	-	-	-	-	-	-
(*) Os saldos passivos referem-se à contratação de serviços pertinentes à atividade operacional da Companhia, que estão registrados na rubrica "Partes relacionadas", no passivo circulante, e a contrapartida no resultado, na rubrica "Custo dos serviços prestados".									
9. Adiantamento a Fornecedores - Refere-se a adiantamentos de recursos no montante de R\$ 10.664, o qual R\$9.696 trata-se da renovação da frota de caminhões, financiados através de FINAME.									
10. Imobilizado									
Taxa Anual %									
Máquinas e equipamentos 10% 1.762 (508) 1.254 1.206 1.193									
Veículos 20% 78.016 (32.641) 45.375 25.699 13.202									
Móveis, utensílios e outros 10% 806 (345) 461 519 544									
Equipamentos de informática 20% 859 (603) 256 292 397									
Alocados (34.097) 47.346 27.716 15.336									
A movimentação do imobilizado é demonstrada conforme segue:									
Custo:									
2009 Aquisição Baixa Transf. 2010									
Máquinas e equipamentos 1.552 215 (3) (2) 1.762									
Veículos 52.716 26.927 (1.627) - 78.016									
Móveis, utensílios e outros 784 21 (1) 2 806									
Equipamentos de informática 737 125 (3) - 859									
Depreciação: 55.789 27.288 (1.634) - 81.443									
Máquinas e equipamentos (346) (162) - (508)									
Veículos (27.017) (7.021) 1.397 - (32.641)									
Móveis, utensílios e outros (265) (80) - (345)									
Equipamentos de informática (445) (160) 2 - (603)									
Intangível, líquido (28.073) (7.423) 1.399 - (34.097)									
Intangível, líquido 27.716 19.865 (235) - 47.346									
11. Intangível									
Taxa Anual %									
Software 771 (531) 240 346 467									
Intangível, líquido 771 (531) 240 346 467									
A movimentação do Intangível é demonstrada conforme segue:									
2009 Aquisição Baixa Transf. 2010									
Software 745 26 - - 771									
Amortização (399) (132) - - (531)									
Intangível, líquido 346 (106) - - 240									
12. Empréstimos e Financiamentos									
Modalidade Juros vencimento 31/12/ 31/12/ 01/01/									
FINAME 3,40% a.a. De dez/2009 2010 2009 2009									
- 7,00% a.a. a out/2015 17.292 21.950 4.394									
BNDES 1,40% a.a. De ago/2010 - - -									
2,40% a.a. + TJLP a dez/2021 14.213 - - -									
	31.505 21.950 4.394								
Circulante 6.875 4.957 3.050									
Não circulante 24.630 16.993 1.344									
	31.505 21.950 4.394								
Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:									
2011 - - - 6.717									
2012 6.774 5.259									
2013 4.885 3.419									
2014 3.064 1.598									
2015 em diante 9.957 - - -									
	24.630 16.993								
Investimentos com o uso de financiamentos - Durante o exercício de 2010, a Companhia registrou o financiamento de investimentos no montante de R\$14.385 (R\$20.533 em 2009). Este valor, na modalidade de financiamento do FINAME e BNDES, será aplicado na aquisição de equipamentos e melhoria da infraestrutura dos aterros sanitários. Isso será refletido na demonstração do fluxo de caixa durante o pagamento parcelado.									

Usina Paulista Queluz de Energia S.A.
 CNPJ/MF 06.976.417/0001-70 - NIRE 35.300.347.366
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação
 Ficam convocados os Senhores acionistas da Usina Paulista Queluz de Energia S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76, para se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 29 de abril de 2011, às 12:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1855, Bloco I, 9º andar, Sala A, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2010; b) Aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2010; e c) Fixar a remuneração dos Administradores da Companhia. São Paulo, 19 de abril de 2011. **João Antônio Pinheiro Sampaio Meirelles** - Conselheiro Suplente.

Companhia Brasileira de Cartuchos S/A
 CNPJ/MF 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083
 (Sociedade Anônima de Capital Fechado)
Edital de Convocação
 Ficam os Senhores Acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos convocados para a Assembleia Geral Ordinária, que será realizada às 10h00m do dia 29/04/11, na sede social, à Av. Humberto de Campos, nº 3220, no bairro da Guapituba, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de tratar das matérias constantes na seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; 2. Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social de 2010; 3. Eleger os membros da Diretoria Executiva da Companhia pelo prazo definido em Estatuto; 4. Fixar a remuneração global anual dos administradores; 5. Consolidar o Estatuto, Ribeirão Pires, 19/04/11. **Antonio Marcos Moraes Barros** - Presidente da Companhia; **José Carlos Fernandes da Silva** - Vice-Presidente

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.
 CNPJ/MF 06.976.406/0001-90 - NIRE 35.300.347.374
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação
 Ficam convocados os Senhores acionistas da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76, para se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 29 de abril de 2011, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1855, Bloco I, 9º andar, Sala A, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2010; b) Aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2010; e c) Fixar a remuneração dos Administradores da Companhia. São Paulo, 19 de abril de 2011. **João Antônio Pinheiro Sampaio Meirelles** - Conselheiro Suplente.



BDO Auditores Independentes
 CRO 2SP/01339/O-5
 Mateus de Lima Soares
 Sócio-Contador - CRC 1R/079681/O-0 "S" - SP

23. Benefícios aos Empregados - a. Benefício de previdência privada - Aos funcionários que aderiram, a Companhia provê um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$218 (R\$186 em 2009), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado. **b. Participação nos lucros** - Em 2010, a Companhia constituiu provisão para participação nos lucros de empregados e administradores no montante de R\$2.032 (R\$1.402 em 2009), cujo registro contábil foi efetuado na rubrica "Salários e encargos trabalhistas". **24. Seguros** - Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobre todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas no contrato de concessão.

25. Marcas Otvário Gondalino - Ctdar 1SP 137002/O-4
 cedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Enfase:** Reequilíbrio quinzenal: Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia e o Poder Concedente iniciaram em 2009, negociação visando o reequilíbrio quinzenal previsto contratualmente, tendo em vista o desequilíbrio existente em favor da concessionária entre as receitas e o aumento das atuais obrigações operacionais. Até a presente data, a referida negociação ainda depende de eventos futuros e, portanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 não incluem nenhum ajuste contábil que poderá ser requerido conforme acordo entre as partes. Adicionalmente, a Companhia possui contas a receber e ativo financeiro, classificados no ativo circulante e não circulante, nos montantes de R\$1.155 mil e R\$13.516 mil, respectivamente, referentes a serviços e obras extracontratuais. A Administração da Companhia acredita não haver riscos na realização desses créditos, que ocorrerá após a finalização do referido reequilíbrio quinzenal e, dessa forma, conclui não ser necessário o reconhecimento de provisão para crédito de liquidação de dívidas. Entretanto, as realizações das referidas contas depende das negociações em curso. Contrato de concessão: A Companhia foi constituída com o propósito específico de executar, sob o regime de concessão, em atendi-

mento aos dispositivos previstos no contrato de concessão nº 27/SSO/04, os serviços de limpeza urbana da cidade de São Paulo, para região denominada "Agrupamento Noroeste", sendo a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) a única cliente da Companhia. Muito embora o contrato tenha sido firmado pelas partes em 2004 e repactuado em 2007, está em curso uma ação cível movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo que questiona o processo licitatório que deu origem ao contrato de concessão. Na opinião do advogado contratado pela Logsa para sua defesa, a chance de êxito da Companhia nessa ação é provável. **Outros Assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas, e o relatório datado de 26 de fevereiro de 2010 foi emitido com ênfases semelhantes às descritas nos parágrafos sobre o relatório quinzenal e contrato de concessão.

São Paulo, 31 de março de 2011